



## 5º Congresso de Pós-Graduação

### O CAPITALISMO MONOPOLISTA DO SÉCULO XX

#### Autor(es)

MARIA ROSELENE B. COSTA

#### Orientador(es)

LINEU CARLOS MAFFEZOLI

#### 1. Introdução

Na aurora do século XX, o capitalismo experimentou sua passagem definitiva da etapa concorrencial para sua fase monopolista. Mas, a análise dessa etapa monopolista feita isoladamente, abstraindo-se totalmente do dinamismo da etapa anterior e da vindoura, seria uma simples constatação dessa transição e privaria o entendimento de fenômenos inerentes ao sistema capitalista em qualquer fase de seu desenvolvimento. Dentre esses fenômenos, um dos mais contundentes e controversos é a ocorrência das crises capitalistas. Nesse sentido, diversos autores situados no âmbito da Economia Política vêm estudando essa (im) possibilidade e tentando compreender sua complexidade. Buscando apreender as principais teorias sobre as crises capitalistas, o presente trabalho corresponde a um esforço de revisão do pensamento presente na Economia Política, abrangendo, portanto, a teoria clássica convencional e a heterodoxia.

#### 2. Objetivos

O presente texto busca realizar um exercício de investigação teórica sobre o fenômeno das crises do sistema capitalista. Para tanto, se beneficia das reflexões de autores (clássicos e contemporâneos), onde cada um ao seu modo e no seu tempo histórico apresentou significativa contribuição para a Economia Política ao tentar compreender a especificidade do sistema capitalista.

#### 3. Desenvolvimento

Metodologia utilizada: revisão bibliográfica de obras da Economia Política clássica e heterodoxa.

1. A natureza da crise no capitalismo Apesar de Adam Smith não ter presenciado o capitalismo propriamente dito (presenciou apenas o capitalismo manufatureiro) em “A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas”, Smith detectou na esfera da produção e do consumo toda a fonte para

potencializar a riqueza das nações. Percebeu a capacidade do mecanismo de mercado em colocar os indivíduos em contato uns com os outros, movidos pelo interesse em obter lucros individuais ou adquirir mercadorias. Segundo ele, esses interesses quando deixados livremente seriam harmonizados por uma “mão invisível” e resultariam no bem-estar coletivo. Um dos maiores divulgadores da obra de Adam Smith foi o economista francês Jean-Baptiste Say, que publicou seu “Tratado de Economia Política”, onde adotou a hipótese de que toda produção cria sua própria demanda, impossibilitando a ocorrência de crise de superprodução de mercadoria e ratificando a harmonia existente no sistema. Essa concepção teórica de funcionamento dos mercados ficou conhecida como a “lei de Say” ou “lei dos mercados de Say” e foi sendo inquestionavelmente incorporada aos fundamentos do pensamento econômico ortodoxo. David Ricardo e John Stuart Mill, dois dos mais influentes autores da Economia Política clássica, estão entre os economistas que adotaram amplamente esse princípio formulado por Say. Ambos defenderam que a economia tende naturalmente ao pleno emprego dos fatores de produção e a utilização produtiva de trabalho ou capital é ilimitada, desde que os mercados fossem libertados da intervenção direta do Estado. Assim, Ricardo e Mill não admitiram a possibilidade da ocorrência de crises no sistema capitalista. Obviamente os preceitos assumidos pelos economistas clássicos vinham de encontro aos anseios dos capitalistas, ávidos pela obtenção de lucros. Vale lembrar que tanto Ricardo quanto Mill estão presenciando a extraordinária prosperidade das indústrias britânicas decorrentes da Revolução Industrial gerada na própria Grã-Bretanha. Entretanto, a visão de Say, Ricardo e Mill começou a sofrer os primeiros ataques a partir das críticas, presentes nas obras de Thomas Robert Malthus e de Jean Charles Leonard Simonde de Sismondi. Em linhas gerais, Malthus argumentou que para que a lei de Say fosse válida os capitalistas teriam que converter todo o excedente da renda sobre o consumo em investimentos e essa economia idealizada de fato não ocorre porque o nível de atividade em uma economia de mercado depende da demanda efetiva. Apesar dos embates teóricos que esses autores travaram principalmente com Ricardo, não conseguiram elaborar uma crítica científica e definitiva que fosse capaz de sintetizar o antagonismo à lei de Say. O desmonte da referida lei ocorreu, de fato, a partir da análise de Marx. Por ter adentrado na órbita da produção, Marx conseguiu realizar uma análise muito mais aprofundada que seus antecessores. De acordo com Moraes (1996), Marx penetrou nas entranhas da dimensão fixada pela troca e atingiu os porões a organização social. A vantagem da análise marxista reside em ter tomado como ponto de partida elementos concretos como o dinheiro, valor e trabalho, por exemplo, ao invés de elementos abstratos, utilizados pela teoria convencional. Ao analisar a mercadoria (Livro I), verifica que ela possui um duplo caráter que se manifesta em seu valor de uso e valor de troca e possui valor porque nela está materializado o trabalho humano abstrato. Observa ainda que para a expressão do valor existe a necessidade de um equivalente geral representado pelo dinheiro (D). Nesse caso o dinheiro assume a função de meio de troca e se torne importante para o processo de circulação das mercadorias, embora a presença desse elemento não assegure que esse processo flua sem sobressaltos. Marx considera a hipótese de que possa haver uma interrupção no circuito de circulação das mercadorias pela via do entesouramento e mesmo considerando que essa é uma função importante para regular a quantidade de dinheiro na economia, pode também impedir a produção seja plenamente realizada. Para ele, as crises são inerentes ao capitalismo e algum momento a economia vai experimentar a anormalidade no seu funcionamento. Essa aproximação da realidade que Marx suscitou em sua análise, por se justifica, indubitavelmente, sua importância no âmbito da economia Política. Marx veio a falecer em 1883, mesmo ano em que nasceu John Maynard Keynes que viria a revolucionar as bases da teoria econômica com a publicação de sua “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, em 1936. No conjunto, A Teoria Geral é uma afronta à ortodoxia e já no primeiro capítulo define sua posição à essa escola de pensamento. Para Keynes, os problemas da economia existiam pela deficiência da demanda efetiva que desencadeia a crise real. Keynes não acredita que exista um mecanismo de ajustamento automático capaz de gerar o equilíbrio macroeconômico.

## 2. Concentração de capital e centralização financeira

Já em fins do século XIX inicia-se uma extraordinária mudança, caracterizada pela ascensão de novas técnicas de produção, que trouxeram um vigor incomparável ao capitalismo “moderno”. Em “O Capital Financeiro” Rudolf Hilferding, partindo da sistematização feita por Marx sobre o capitalismo, busca destacar a centralidade do elemento financeiro para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Define como sendo os traços mais relevantes do capitalismo “moderno” a abolição da livre concorrência, mediante a

formação de cartéis e trustes e também a estreita relação existente entre o capital bancário e o capital industrial, que constitui o capital financeiro.

Na dominância do capital bancário sobre os industriais que enxerga uma nova fase do capitalismo, a fase do Capitalismo Monopolista-Financeiro, que se inicia a partir de 1880 nas economias desenvolvidas. Na quarta parte de seu livro em referência, ao abordar a relação existente entre o capital financeiro e as crises capitalistas, verifica que a possibilidade geral das crises se dá com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Aglietta (1979) interpretou que a integração de grandes massas de capitais isolados (fusões) ocorrem em “ondas”. A análise de Aglietta, feita no bojo de importantes transformações a nível global é contemporânea ao processo de busca de valorização do capital que busca se libertar de todo e qualquer tipo de entrave à sua mobilidade. Um elemento fundamental para a consolidação desse processo, foi, sem dúvida, o avanço da telemática. Mais adiante será visto como essas transformações resultaram no cenário que presenciamos na atualidade onde grandes empresas estendem sua atuação muito além das fronteiras locais, sendo indutoras de volumosos fluxos de investimentos no comércio internacional.

3. O Capitalismo e o Estado Por Estado entende-se “o complexo de instituições por meio das quais o poder da sociedade se organiza numa base superior à familiar (...) separado da economia, embora intervenha nela, pode aparentemente pertencer (por meio de sufrágio universal) a todos” (WOOD, 2003, p.37 e 43). No capitalismo liberal, preconizado pelos economistas clássicos, o Estado possuía apenas três funções básicas: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública, ou seja, trata-se do Estado Mínimo relegado às suas funções tradicionais. Marx, apesar de não ter produzido uma teoria acerca do papel do Estado no contexto capitalista, deixou um legado em trabalhos como “A Ideologia Alemã” e “Crítica ao Programa de Gotha” onde ele afirma que o Estado está essencialmente estruturado para defender os interesses econômicos, sobretudo os interesses das classes capitalistas dominantes, visando atingir tal objetivo atua de diferentes formas, dependendo do contexto apresentado pela conjuntura econômica. No capitalismo monopolista essa tensão é visível, à medida que os grandes grupos econômicos necessitam de plena liberdade para movimentação de capitais. As movimentações financeiras diárias se equivalem a somas gigantescas e não admitem nenhum tipo de entraves nem mesmo barreiras impostas pelo Estado. O avanço implacável do capitalismo e a derrubada de fronteiras nacionais estavam presentes nas considerações de Marx e Engels, já em 1848 quando publicaram o “Manifesto do Partido Comunista”. De um modo geral, a despeito da análise marxista, prevaleceu o liberalismo econômico indicado pela teoria ortodoxa. Somente com a segunda Grande Depressão (1929-1933) que abalou o capitalismo mundial e trouxe graves consequências econômicas e sociais, foi se formando um consenso sobre a necessidade de um reequacionamento das “leis naturais da economia”. Neste contexto, a Teoria Geral de Keynes sugeriu conceitos divergentes dos defendidos pelos economistas clássicos e demonstrou a importância da intervenção direta do Estado na economia.

No entanto, a “era de ouro” do capitalismo, sustentado por políticas keynesianas, perdurou até meados dos anos 1970, quando o mundo capitalista avançado mergulhou em uma nova crise estrutural, agravada ainda mais pelo primeiro choque do petróleo, combinando pela primeira vez desaceleração do crescimento e inflação.

#### 4. Perspectivas do Capitalismo

No ambiente de instabilidade econômica da década de 1970 foi aberto o caminho para o avanço do neoliberalismo, que se fortaleceu ao oferecer o receituário para contornar a crise e reestruturar o capitalismo.

Mas qual a definição e a dimensão do neoliberalismo? Anderson (1995, p. 22) revela que “trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”, cuja principal argumentação se fundamenta na crítica ao papel que o Estado exerce na economia.

De um modo geral pode-se dizer que o objetivo dos governos neoliberais nos anos 80 era a liberalização dos mercados financeiros. Essa liberalização, conjugada com reorganização do processo produtivo resultou

na globalização dos sistemas produtivos e financeiros, processo que de acordo com um grande número de teóricos caracteriza uma nova etapa da dinâmica capitalista iniciada na transição para o século XXI.

É para esse mundo que olhamos e a exemplo de Schumpeter (1984) nos perguntamos: sobreviverá o capitalismo?

Em sua análise Schumpeter encontra a resposta argumentando que a sobrevivência do capitalismo seria possível se fosse assegurada uma “rodada de êxito” proveniente da destruição criativa, uma força incessante que vem de dentro e que responde pela substituição do velho pelo novo.

Aos nossos dias, essa resposta nos parece extremamente muito mais complexa.

Mesmo olhando o século XX sobre os ombros do gigante, beneficiando-se de todo o esforço teórico que os autores dessa era e da anterior empreenderam para compreender e ditar os rumos do capitalismo, ainda assim se torna difícil traçar o futuro e dizer para onde vai o capitalismo.

Resta apontar as mazelas desse sistema e descobrir um mundo indubitavelmente polarizado.

E ao vislumbrar essa realidade é fascinante perceber a trajetória histórica do capitalismo, que cumpriu e cumpre, sem sombra de dúvida, a sua obstinada e incessante lógica de acumulação de capital, com todas as conseqüências que lhes são inerentes.

#### **4. Resultados**

---

O fenômeno das crises capitalistas tem sido um dos problemas mais debatidos no âmbito da Economia política.

Os clássicos procuraram minimizar a possibilidade de crises no sistema capitalista. Um dos exemplos mais claros é a Lei de Say, amplamente adotada e defendida pelos mais importantes teóricos clássicos.

Marx construiu uma coerente e bem alicerçada teoria a respeito das crises.

Por ter adentrado na órbita da produção, Marx conseguiu realizar uma análise muito mais aprofundada que seus antecessores.

Nesse sentido, as reflexões de Marx têm ecoado através do século XX, permitindo aos seus sucessores uma análise concreta da realidade.

#### **5. Considerações Finais**

---

Considerações finais Tomando como ponto de partida a possibilidade geral de crises no sistema capitalista, presente a partir de Marx, destacou-se a existência de um arcabouço teórico voltado a sistematizar o dinamismo do sistema capitalista. Apesar do legado que nos foi transmitido pelos autores que aqui aludimos e por diversos outros que não foram referenciados, nem sempre captar a profundidade desse fenômeno chamado capitalismo é um fato possível. Contudo, discutir seu movimento histórico e através dele refletir seu estágio atual configura uma importante tarefa, ao menos até que o capitalismo seja superado por um outro sistema alternativo que cumpra a missão de organizar melhor as relações econômicas tão bem quanto ele o faz.

## Referências Bibliográficas

---

- AGLIETTA, Michel. *Regulación y Crisis del Capitalismo*. Madrid: Siglio Veintiuno Editores, 1979.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: 1995.
- HILFERDING, Rudolf. *El Capital Financiero*. Madrid: Tecnos, 1973.
- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. v.1. 3ªed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1985.
- MORAES, Antonio Carlos de. *Capitalismo, Crise e Estado*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 1996.
- SAY, Jean- Baptiste. *Tratado de Economia Política*. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.